

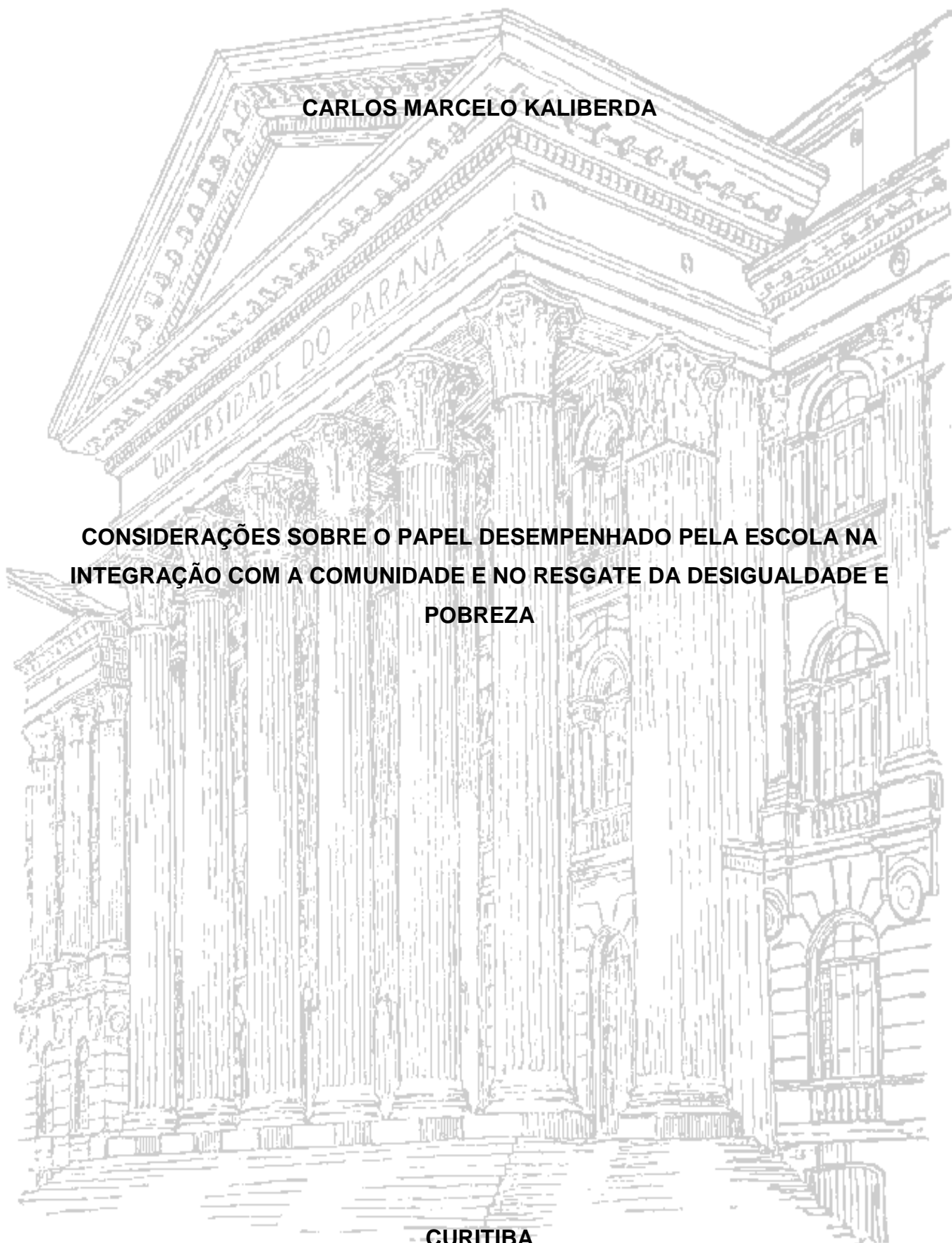
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLOS MARCELO KALIBERDA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DESEMPENHADO PELA ESCOLA NA
INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE E NO RESGATE DA DESIGUALDADE E
POBREZA**

CURITIBA

2016



CARLOS MARCELO KALIBERDA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DESEMPENHADO PELA ESCOLA NA
INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE E NO RESGATE DA DESIGUALDADE E
POBREZA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Ma Juliana Pereira Franco de Oliveira

CURITIBA

2016

Considerações sobre o papel desempenhado pela Escola na integração com a comunidade e no resgate da desigualdade e pobreza

Carlos Marcelo Kaliberda

RESUMO

Este artigo objetiva considerar o papel desempenhado pela escola como agente integrador entre os alunos, independente do grupo social e econômico e da participação ou não em programas sociais de redistribuição de renda, em específico o bolsa família. Pretende-se aqui examinar a doutrina teórica disponível que versa acerca desse debate, considerando as contribuições de Adorno (2003) e da Escola de Frankfurt e, ainda, as pesquisas de Cohn (1995), Menezes-Filho (2006), Felício e Fernandes (2005), bem como apresentar a pesquisa exploratória, realizada em unidade de ensino da rede pública municipal de Guarapuava, que tem sua clientela escolar constituída por cerca de quarenta por cento dos alunos sendo beneficiários do bolsa família, em face do trabalho diferenciado de entrosamento e consideração às diversidades que a unidade de ensino promove atuando de forma indistinta entre os alunos de todos os grupos sociais e econômicos que a compõe. Pretende-se com essa pesquisa identificar a relação entre a ação efetiva do trabalho da escola no acolhimento desses alunos e a superação da condição de pobreza, refletida na melhora do desempenho escolar, tanto considerando o convívio proporcionado entre educadores e educandos, a valorização da diversidade e pluralidade social e cultural na constituição dos variados perfis de indivíduos por ela formados e, a progressão pedagógica advinda que se percebe em indicadores comparativos obtidos a partir de dados oficiais e que demonstram a variação anterior à implantação do bolsa família (quando ainda se constituía bolsa escola) e nos últimos cinco anos, sendo portanto condição essencial para a construção de uma consciência de superação e progressão individual e social, assim como forma irretocável da escola demonstrar o cumprimento de sua função social, ultrapassando o ato de ensinar a decodificar signos.

Palavras-chave: Escola 1. Integração 2. Pobreza 3.

1 INTRODUÇÃO

A Escola é um ambiente ímpar, uma instituição social onde a pluralidade converge e onde os diversos partícipes sociais podem conviver, seja de forma ordenada e harmônica ou de maneira traumática, com reflexos que se perpetuam em

memórias desdoirosas que seguirão o indivíduo ao longo de sua vida além de corroborarem na consolidação de um entendimento equivocado em face de condições de vida e, também, da participação de alguns desses indivíduos em programas sociais.

Portanto, é nesse mesmo universo, que essas condições precisam ser reconfiguradas e, para o alcance desse objetivo, o papel mobilizador e transformador da Escola torna-se indispensável.

Através do meio escolar é possível aos professores alcançar maior acesso e familiaridade com o cotidiano de seus alunos e, com isso conhecer e interagir mais com a realidade dessas crianças, percebendo suas vulnerabilidades e potencialidades e reconhecendo as oportunidades de investimento nas ações práticas no trabalho escolar que possibilitem cativar os educandos.

Ações realizadas nessa perspectiva requerem da Escola, enquanto instituição abrangente que acolhe um amplo espectro de indivíduos, um olhar atento que permita divisar os variados aspectos onde sua atuação influencia o cotidiano desses educandos e perceber como eles sofrem influência ou impacto do meio social.

Aqui vale considerar que os educandos que a Escola recebe em seu meio, são oriundos de grupos sociais variados e que trazem vivências múltiplas quanto à formação prévia, experiências familiares, sociais e outras expectativas em relação ao meio social e à realidade em que se inserem. Portanto, a relevância de toda essa construção de consciência por parte da Escola como instituição que acolhe, influencia e interage com os alunos oportuniza a compreensão dos reflexos do trabalho de cada professor e, em decorrência, também o trabalho da Escola como instituição em relação aos alunos e, principalmente, no desempenho pedagógico que esses alunos terão, na formação que receberão e na capacidade de análise crítica que desenvolverão.

Com a clareza dessas considerações, se faz mister que a Escola não se atenha ao desempenho da função de *traduzir* conhecimentos para alunos e imbuí-los desses. Muito mais que isso, mostra-se efetivamente relevante a discussão acerca dos currículos, evitando a abordagem de propostas sopesadas de informações que podem não contribuir para o desenvolvimento efetivo do indivíduo ou, pior ainda, que se mostram organizados de maneira excludente, prevalecendo a visão hegemônica de formação apenas aos alunos oriundos de grupos sociais mais abastados. Além disso, também é primaz que própria Escola se reorganize enquanto ambiente de

formação de opiniões, onde indivíduos tenham acesso à conhecimento, mas também desenvolvam senso crítico, integrem e interajam com a realidade que os cerca.

Para tanto há emergência do desenvolvimento de uma proposição de acolhimento que verdadeiramente envolva os educandos que se inserem na Escola. Com esse entendimento, se destaca a importância de que, ao ponderar os termos “acolher” e “integrar” não se trata tomá-los unicamente por sua especificação literal extraída do léxico vernacular, mas sobretudo adequar a compreensão dessas expressões à necessidade da realidade das instituições escolares, de efetivamente acolher (trazendo para seu meio de maneira que essas crianças se percebam verdadeiramente bem-vindas ao ambiente escolar). Dessa maneira as crianças oriundas de grupos sociais economicamente menos favorecidos ou em risco são integradas aos demais (de forma a que seja possível vê-las envolvidas entre todos os alunos que frequentam a Unidade Escolar sem que se note qualquer diferenciação, acolher a todos de maneira igualitária, sem distinções que possam evidenciar que um ou outro são *diferentes* da maioria porque são economicamente considerados pobres.

Assim torna-se possível vencer obstáculos arraigados na construção da identidade sociocultural das comunidades, levando-as a buscar a superação da condição de pobreza e desigualdade e a conscientizar-se acerca da possibilidade de alcançar condições mais elevadas de vida.

Para tratar das questões já aludidas, realizou-se exploração bibliográfica, com verve de revisão teórica e pesquisa exploratória, uma vez que ambas as vertentes foram demandas necessárias para que se analisasse adequadamente o objeto de estudo proposto.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DESEMPENHADO PELA ESCOLA NA INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE E NO RESGATE DA DESIGUALDADE E POBREZA

A Educação Básica vem sendo vastamente estudada ao longo dos últimos anos por diversos interessados: pesquisadores externos ao meio educacional, acadêmicos que produzem trabalhos em seus cursos de Graduação e Pós-graduação

e especialistas de educação integrados ao próprio sistema (educadores e pedagogos).

Muitos desses estudos visam desvendar mistérios que se integram ao meio educacional e por vezes se perpetuam nessa realidade. Entre eles a evasão escolar e a repetência, que por diversas vezes, se evidenciam nessas pesquisas como atributos originados em ações das autoridades do ensino, como resultado de trabalho pouco produtor dos docentes em razão de sua remuneração defasada e/ou de seu despreparo para o trabalho que desenvolvem e, ainda, a infraestrutura das unidades de ensino caótica. Há ainda, outras discussões que trazem conclusões apontando como responsáveis pela manutenção desses fantasmas educacionais a grande quantidade de conteúdos que as escolas desenvolvem frente à inutilidade desses conteúdos na realidade cotidiana posterior desses alunos.

No que se refere à esta última alegação, é necessário considerar a possibilidade, evidenciada desde os estudos da Escola de Frankfurt, de que muitos desses conteúdos desenvolvidos pela Escola e, que não têm aplicabilidade prática na vida diária, fazem com que alunos pobres abandonem mais facilmente a Escola, vista que encontram no desafio de apreender e superar tais conteúdos um reforço às desigualdades sociais que já enfrentam. “Somos reféns de uma ‘cultura escolar’ sobrecarregada de inutilidades, para a qual pagamos constantemente um resgate de milhões de reais, grande parte desperdiçada (assim como outros tantos milhões de cérebros que não podem se desenvolver) pelos problemas de um sistema de ensino nunca resolvido” (CORREA, 2012, p.20)

Com a proposição de superar esses enfrentamentos, muitas ações têm sido implementadas por meio de políticas sociais que visam a distribuição de recursos financeiros, oferecendo às famílias aportes mínimos para a garantia da permanência de crianças na Escola e suprimento de demandas que envolvem questões primordiais como: alimentação e vestuário, oportunizando às famílias e, corolário a elas, às próprias crianças, condições para a permanência na Escola sem que se vejam comprometidas à participar como indivíduos ativos na busca pelo sustento familiar. Assim, se observam as influências de Programas Sociais como o Programa da Merenda Escolar, cujo impacto se dá diretamente na realidade dos alunos, colaborando com o reforço à defasagem nutricional que impacta o desempenho acadêmico e, de maneira mais abrangente, num espectro social, o Programa Bolsa

Família, cuja distribuição de renda tem a finalidade de colaborar para a superação da miséria a partir do meio social e familiar em que esses alunos estão inseridos.

Em se tratando desse debate, Amélia Cohn, em seus estudos acerca das Políticas Sociais e pobreza no Brasil, fomenta para debate questões significativas à realidade brasileira, uma vez que nossa sociedade é marcada por profundas desigualdades sociais que corroboram para condenar à pobreza largas parcelas da nossa população. A autora alerta quanto ao risco de que os programas e políticas sociais tornem-se estratégias vazias, findas em si por objetivarem uma questão sazonal em vez de se traduzirem em uma ação mais ampla.

“Em resumo, herda-se no presente um enorme aparato institucional voltado para ações na área social e que, tomado em seu conjunto, na prática acabam por reproduzir as desigualdades sociais ao invés de se traduzirem em políticas sociais compensatórias das desigualdades originadas no mercado”. (COHN, 1995, p.03)

Não se pode perder de foco que todos esses programas e políticas sociais tem impacto imediato sobre o meio escolar, além disso eles propõe o combate à pobreza e, por mais que pensados como políticas compensatórias das desigualdades geradas pelo mercado, estarão condenados a uma reduzida efetividade, quando não à reprodução da desigualdade que se propõem combater se permanecerem atrelados à ideologias dos grupos do comando político do governo, sem levar em conta as demandas efetivas da sociedade para o qual foram idealizados. Isso requer “deslocar o enfoque das políticas sociais do eixo da necessidade para o da cidadania” (COHN, 1995, p.17).

“Dessa forma, embora os programas de combate à pobreza obedeçam a uma mesma estratégia básica de ação no setor, eles obedecem sobretudo aos mandatos governamentais, sendo portanto identificados com a gestão — ou o gestor — que os implantou, cada vez envolvendo distintos ministérios ou secretarias no interior dos ministérios.” (COHN, 1995, p.03)

Tendo essas considerações como ponto de referência, tomamos novamente o meio escolar como foco de análise e vejamos o caso do Programa da Merenda

Escolar, que abrange equitativamente todos os alunos inseridos nas Unidades de Ensino, conseqüentemente não gera nenhum tipo de discriminação entre os participantes. Em via oposta, programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, tem o potencial tanto para favorecer a superação da miséria entre os alunos bolsistas como pode lançar sobre essas condições de discriminação os demais partícipes do meio escolar.

E, apesar desse Programa Social ser alheio ao meio escolar, passa pelo cotidiano desse pois se fundamenta nos recursos da frequência dos participantes para estabelecer os critérios de manutenção dos bolsistas à vinculação no Programa.

Mas, mesmo com a existência de tais recursos, ainda se observa a permanência da condição de pobreza tanto no meio escolar como no social e a perpetuação das condições de desigualdade, que podem reforçar quadros de retenção e evasão escolar.

Dessa maneira, o meio escolar vem deixando a condição de *locus* de defesa da igualdade, tendo o princípio de justiça como balizador das políticas educacionais nele desenvolvidas, tornando-se incapaz de responder as demandas que lhe eram confiadas. Essa situação evidenciou a urgência de um novo paradigma orientador do trabalho educacional, focando a equidade social como principal âmbito de ação de superação das desigualdades.

Objetivando transpassar essa condição, foram estabelecidas iniciativas que visavam integrar-se ao sistema educacional, fazendo com que programas de distribuição de renda passassem a ter, também, um viés educacional na medida em que sancionam como contrapartida a cada bolsista não apenas sua frequência, mas também rendimento, participação em programas de formação técnica, entre outros.

“A partir das desigualdades educativas percebidas nos territórios vulneráveis e das características de precariedade da infraestrutura das escolas que atendem as classes mais pobres é possível perceber que a diferenciação entre as escolas extrapola as fronteiras administrativas e nos apresenta uma realidade educativa distinta. O processo de estratificação entre as escolas reforça, nos territórios vulneráveis, a ideia de uma escola pobre para os pobres e de uma política educativa que se estrutura reforçando as diferenças”. (OLIVEIRA e SARAIVA, 2015, p.17)

Com essas perspectivas, e tomando-se as postulações de autores como Adorno (2003), Menezes-Filho (2011) e Felício; Fernandes (2005) percebe-se com clareza que a Escola se torna artífice da condição de mudança. É em seu meio e por meio de seu trabalho que se poderá perceber a superação da pobreza e das desigualdades. Essa superação não se dará meramente pela inclusão dos indivíduos em Programas que oportunizem distribuição de renda, mas sobremaneira, será obtida pela ação integradora da Escola agregando os educandos a seu meio, independentemente de quais sejam suas origens e realidades, de maneira a que todos que nela se percebam inseridos possam conviver de maneira harmônica e sem distinções.

Aqui, cabe ainda suscitar a análise do papel da escola, sua função social e as influências que incidem sobre o meio social. Observamos que, a partir da década de 60, a Escola passou a perceber-se como ambiente que acolhe diferentes grupos, inclusive com diferentes tipos de deficiências. Com essa dilação de suas fronteiras e de sua seara de atuação, em razão da mobilidade demográfica, de mudanças na legislação educacional abarcando maior tempo de permanência dos indivíduos no círculo escolar, entra em voga o debate relacionado à atuação dessa escola em prol desses indivíduos. Sua condição já tradicionalmente arraigada de centro de difusão de conhecimento e as características que indiretamente se agregam a ela em razão da permanência dos alunos por um período de tempo mais alongado nesse meio.

Considerando acerca da função social da escola, vemos que, primordialmente a escola era tida como o *locus* de saber, resguardado apenas à elite privilegiada e, com o advento do Capitalismo essa perspectiva sofre uma reviravolta, passando a escola a ser uma necessidade de massa que deveria abranger toda a população. Nesse período o grande debate acerca de sua função social se dava em relação à condição de formar indivíduos para o mercado de trabalho, atrelado ao receio de que relegar tal formação às empresas implicasse em manter o indivíduo em um nível de conhecimento mínimo que lhe garantisse unicamente os conhecimentos necessários à (re)produção, inclusive social.

Atualmente, cabe ainda levar em conta as novas revoluções pelas quais a sociedade vem passando, que impactam também o meio escolar e alteram sua função social. Charlot (2007, p.130) menciona a importância da observância da “teoria do capital humano, de que a educação é um capital que traz benefícios para a vida profissional, não é apenas uma ideia dos capitalistas, e também a ideia predominante

na mente dos jornalistas, dos políticos, quer de esquerda, quer de direita, dos pais e dos próprios alunos”

Cabe, portanto, considerar o papel que a Escola ocupa e desempenha nessas perspectivas, à luz das considerações postuladas sobre sua função social e o que se espera efetivamente dela enquanto instituição. Para tanto, reputamos os estudos de Adorno e da Escola de Frankfurt quanto à posição da Escola no meio social e sua influência.

Adorno, filósofo e sociólogo alemão, um dos expoentes da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica, argumentava fortemente em favor de uma visão de que homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho e, com essa concepção se nota o incentivo à indústria do consumo.

Cooptando seus conceitos à realidade escolar, tem-se a premissa inicial (e quase desanimadora) de que a educação não é obrigatoriamente um causador da emancipação nem tampouco é função da Escola ou do professor modelar indivíduos a partir de um padrão socialmente estabelecido.

Na busca pela compreensão do pensamento adorniano acerca da Educação, não se pode deixar de lado sua percepção da indústria cultural, pois estes termos estão de certa forma intrinsecamente relacionados. Nesse sentido a indústria cultural é vista como a responsável por prejudicar a capacidade humana de agir com autonomia, alienando o indivíduo de suas condições de vida, causando uma crise de formação na sociedade como um todo e, refletindo-se na educação cercear o alcance de seu principal objeto, o domínio do conhecimento e a capacidade de reflexão pelo indivíduo, fazendo da Escola um instrumento de transmissão da mercadoria pedagógica.

Contrário a qualquer tipo de modelo ideal por entende-los uma imposição exterior, autoritária, que tolhe a autonomia intelectual do indivíduo, o autor defende um processo educacional capaz de criar e manter uma sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças. “É de se perguntar de onde alguém se considera no direito de decidir a respeito da orientação da educação dos outros.” (ADORNO, 2003, p.141).

Dessa maneira, a educação como ato de emancipação precisa ser concebida como prática educacional a ser inserida no âmbito escolar e desenvolvida entre todos os partícipes desse meio, pois não cabe à educação resultar em indivíduos “bem

ajustados” ao meio onde estão, ou seja, capazes de apenas responder de maneira adequada àquilo que deles se espera, mas principalmente, dar aportes a estes indivíduos para construir as ferramentas que oportunizem sua emancipação, compreendida nos estudos de Adorno com a tomada de consciência sobre si próprio e sua atuação no meio onde se encontra.

Adorno ainda ressalta que “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica”. (ADORNO, 2003, p.121)E, nesse ponto, encontra-se ainda um conflito, pois a Escola tem um papel relevante na formação do indivíduo, na formação de sua condição emancipatória. Mas muito ainda se discute em relação aos resultados pedagógicos dos alunos e o trabalho da escola, principalmente nos dias atuais, quando esse é permeado por diversas questões de ordem social e, onde muitos alunos estão nela inseridos como requisito primário para a vinculação à programas e políticas sociais.

Os estudos de Menezes-Filho (2011) indicam que há controvérsia entre a importância da escola sobre os resultados escolares pois se deve considerar também a relevância do aparato familiar, seus costumes, cultura, expectativas e necessidades imbricados sobre o indivíduo e que recaem sobre ele muitas vezes com mais repercussão que os resultados escolares. Assim, o autor indica que depois de um avanço educacional muito lento com relação aos outros países do mundo, desde meados da década de 90, o Brasil conseguiu aumentar significativamente a frequência escolar em todos os níveis, mas ainda se denotam evidências sobre dificuldades em representar a qualidade da escola por meio de insumos escolares. Assim há real possibilidade de que os estudos podem subestimar o efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar. Assim diz o autor:

“A grande questão que se coloca agora é como elevar a qualidade da educação que é oferecida nas escolas públicas brasileiras sem fazer com que as crianças mais pobres saiam do sistema”. (MENEZES-FILHO, 2011, p.03)

Em uma discussão derradeira, cabe ainda debater quanto ao trabalho integrador da escola e, a diferença entre integração e inclusão. Sanches e Teodoro (2006) apresentam uma pesquisa que aprofunda a argumentação acerca do papel da Escola como meio de integração de indivíduos. Sabidamente sua pesquisa tem verve mais objetiva em questões vinculadas às diferentes deficiências (física, mental, auditiva, visual) que a Escola abarca, porém permeiam sua fundamentação as considerações de Jimenez (apud SANCHES e TEODORO, 2006, p.65) que assevera

“a substituição das práticas segregadoras por práticas e experiências integradoras”, corroborado por Niza (apud SANCHES e TEODORO, 2006, p.65), argumentando que “integração é o oposto a segregação, consistindo o processo de integração nas práticas e nas medidas que maximizam (potencializam) a participação das pessoas em actividades comuns (*mainstream*) da sua cultura”.

A conceituação de educação inclusiva encontra-se intrinsecamente relacionada ao atendimento dos alunos com deficiências, tendo sua gênese em legislação pública norte-americana de 1975 que implementou em todos os estados daquele país o estabelecimento de programas e projetos voltados à educação inclusiva nas escolas públicas, entendendo-se por “educação inclusiva o processo de inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus” (MRECH, 1998, p.2) e, para consecução destes propósitos há prerrogativas que devem ser observadas, como o atendimento em área de abrangência das residências dos alunos, ampliação do acesso desses alunos à classes comuns com apoio técnico aos professores que os atenderão e o desenvolvimento de planos de trabalho docente que oportunizem ações diversificadas e criativas de trabalho e envolvimento entre todas as crianças.

3 INVESTIGANDO A REALIDADE DA ESCOLA

Para se refinar o trabalho desenvolvido, auferindo caráter qualitativo à investigação realizada junto ao objeto de pesquisa, vista que o assunto abordado carece de referenciais teóricos face à sua natureza extemporânea, realizamos Pesquisa Exploratória dos dados coletados.

Tendo seu berço na elaboração de pesquisas de mercado para a área de Comunicação, Publicidade e Propaganda, a Pesquisa Exploratória se solidificou como um ramo onde o pesquisador, ao se deparar com um problema frente ao qual não percebe aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, enfrenta a demanda de iniciar um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, construir hipóteses cuja intenção se manifeste pela busca de uma resposta acerca da queda de um determinado produto no mercado. Assim

sendo, de modo a concretizar seu objetivo, o pesquisador terá de aprofundar suas especulações e encontrar as reais causas da ocorrência de tal fenômeno. Nessa tarefa a ferramenta de melhor valia é a Pesquisa Exploratória.

Portanto, lançar mão de uma estratégia de recurso que, como o próprio nome indica, permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado uma vez que esse é de pouco conhecimento pelo explorador favorece a percepção de detalhes da realidade do objeto pesquisa. Nesse sentido, a modalidade de pesquisa exploratória, por se mostrar um recurso de pesquisa bastante específico, configura-se como um estudo que aliado à outras fontes de dados sobre o objeto de pesquisa como, às fontes bibliográficas disponíveis, concorrerá para a construção de hipóteses mais fundamentadas por parte do pesquisador.

Isso posto, para a ação prática, considerou-se para estudo a experiência de uma Unidade de Ensino da Rede Pública Municipal de Guarapuava, localizada em área periférica do Município, que atende um público de aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) alunos e, cuja clientela escolar é constituída por educandos oriundos – em sua maior parte – de áreas socioeconômicas de baixa renda, contando com diversas famílias beneficiárias de programas sociais como o Programa Bolsa Família e, cujo trabalho de acolhimento de educandos – principalmente aqueles que são recém-chegados na Unidade de Ensino -, tem mostrado eficácia na superação da desigualdade e, por conseguinte, da condição de pobreza dos indivíduos.

4 A ESCOLA E A COMUNIDADE ESCOLAR

Apresentamos os indicadores que referenciam esta pesquisa, a Tabela 1 demonstra os indicadores demográficos da unidade escolar cuja realidade serviu de arcabouço deste Artigo. Aqui foi tomado um recorte temporal de 05 (cinco) anos anteriores à implementação do Programa Bolsa Escola (versão primordial do Programa Bolsa Família), tendo base que o Programa, desde sua primeira versão tem por premissa a frequência escolar e permanência dos alunos nesse meio. Nesses dados se observa que o número de alunos da Escola é constante, mas há considerável índice de retenção escolar e de abandono nas turmas.

TABELA 1 – DADOS ESTATÍSTICOS ANTERIORES À IMPLANTAÇÃO PROGRAMA BOLSA ESCOLA - 2001

Escola da Rede Pública Municipal de Guarapuava							
Ano-Base	Nº Tot. Al.	Nº Aprov.	Nº Retidos	Abandono	% Aprov.	% Retidos	% Abandono
2000	555	380	65	25	68,47	11,71	4,50
1999	538	352	80	17	65,43	14,87	3,16
1998	500	338	70	22	67,60	14,00	4,40
1997	396	238	64	47	60,10	16,16	11,87
1996	317	197	54	28	62,15	17,03	8,83

Fonte: SERE-Sistema Estadual de Registro Escolar - Relatório Anual Final

Comparativamente, a Tabela 2 traz o recorte temporal dos dados relacionados aos 05 (cinco) anos mais recentes, (incluindo-se o ano em curso). Na Tabela em comento nota-se que a Escola teve um decréscimo no número de alunos matriculados em relação ao período anterior à implantação do PBF. Depura-se que, em média, cinquenta por cento dos alunos regularmente matriculados são beneficiários do PBF, o percentual de retenção escolar sofreu moderado decréscimo. Ressalva-se que não há percentual de abandono evidenciado, ou seja, superou-se esse descompasso no desempenho dos educandos, possivelmente em razão de que os beneficiários do Programa Bolsa Família têm, como requisito principal, a frequência escolar.

TABELA 2 – DADOS ESTATÍSTICOS APÓS PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Escola da Rede Pública Municipal de Guarapuava							
Ano-Base	Nº Partic.	Nº Tot. Al.	% Part.PBF	Nº Aprov.	Nº Retidos	% Aprov.	% Retidos
2011 **	183	373	49,06	339	33	90,88	8,85
2012 **	213	376	56,65	342	34	90,96	9,04
2013 **	206	351	58,69	323	26	92,02	7,41
2015 **	168	353	47,59	321	31	90,93	8,78
2016* **	163	402	40,55	0	0	0,00	0,00

* - Indicadores de Aprovação, Retenção e seus percentuais indisponíveis pois se relaciona ao ano letivo em curso
 ** - Em todos os anos observados não há registro de casos de abandono

Fonte: SERE-Sistema Estadual de Registro Escolar - Relatório Anual Final

Ainda no que se pode analisar dos dados coletados na Escola pesquisa, do questionário oferecido à Direção, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e 02 (duas) professoras do Corpo Docente com maior tempo de atuação na Unidade de Ensino, com propósito de considerar o trabalho que a unidade de ensino vem desempenhando em favor da inclusão dos alunos de diferentes grupos sociais, obteve-se uma amostragem baixa, havendo-se contabilizado retorno de apenas dois dos cinco questionários propostos, de onde se analisa as seguintes variáveis:

- a) Não houve um agente motivador específico para que a escola ensinasse um trabalho de acolhimento e integração voltado aos alunos oriundos de diferentes grupos sociais presentes no meio escolar. A Equipe Pedagógica e o Corpo Docente envolvem-se nas ações desenvolvidas de maneira voluntária, sem que ocorra um chamamento específico para essa ação;
- b) A escola não tem contemplado em seu projeto político pedagógico qualquer tipo de ação específica, mas considera necessária a inclusão dessa meta para o próximo momento de revisão do documento, entendendo ser uma ação inerente à realidade com a qual trabalham e percebendo a necessidade de estruturá-la;
- c) Não há um levantamento específico para diagnóstico da realidade escolar focando os diferentes grupos sociais que a escola compreende, contam com dados depurados do Diagnóstico de Realidade proposto no Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino e com dados informações extraídos dos contatos com as famílias e das anamneses procedidas pelos serviços de atendimento realizados pela Equipe Pedagógica;
- d) A escola não dispõe de dados oficiais acerca de casos de crianças que trabalhem para complementação de renda familiar, contam com informações de casos isolados que são tratados dentro do que pressupõe a legislação vigente;
- e) No acolhimento de alunos oriundos de diversos grupos sociais, a escola promove atendimento igualitário, ofertando-lhes todos os serviços disponíveis na Unidade, quando necessitam, e promovendo o envolvimento desses no ambiente escolar de maneira a integra-los aos demais sem que se percebem diferenças ou “diferentes”;
- f) Quando se percebem quaisquer tipos de *bullying* em relação à alunos face às diferenças sociais ou econômicas a escola atua no sentido de mitigar

esses comportamentos, orientando todos os envolvidos, interagindo com as famílias e desenvolvendo momento onde os alunos possam refletir sobre as diferenças e o cuidado em não discriminar outros; Questões pontuadas de maneira evidente em relação à interação das famílias com a escola tratam de sua participação no meio escolar, onde se relata a presença dos pais ou responsáveis de maneira mais constante atualmente do que em períodos anteriores (à exemplo do recorte temporal demonstrado na Tabela 1), porém se denota também e com mais efetividade que em muitas situações a família traz para o meio escolar situações derivadas da vida fora desse ambiente mas que impactam e obstam o trabalho docente e o desenvolvimento pedagógico, requerendo da escola uma ação que não apenas integre alunos entre si mas que se volte ao apoio às suas famílias, seja por meio de orientação ou encaminhamento à outros serviços especializados de fora da área educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola percebe e absorve o impacto de estratégias como os programas sociais que visam a permanência dos alunos no ambiente escolar e, para tanto, garantem às famílias um aporte de recursos financeiros para suplementar demandas básicas desses alunos.

Essa condição tornou-se evidente quando comparamos os indicadores de abandono escolar nos recortes temporais pesquisados, encontrando uma realidade bastante antagônica, que vai da existência de percentuais de abando flutuantes entre 4% (quatro por cento) à 11% (onze por cento) do total de educandos matriculados chegando a um patamar de inexistência de abando escolar no momento presente.

Dessa feita, depreende-se que um dos objetivos propostos vem sendo granjeado pela inclusão desses alunos no Programa Bolsa Família.

Mas ainda existe a questão do desempenho escolar desses alunos. Nessa senda denota-se um posicionamento controverso entre as opiniões de autores consultados. Adorno (2003) e os teóricos da Escola de Frankfurt julgam que a

educação para emancipação, sem distinções entre indivíduos pode favorecer seu progresso e desenvolvimento, condição que impactaria também o desempenho desses no meio escolar.

Enquanto outros pesquisadores como: Menezes-Filho (2011), Felício e Fernandes (2005), apontam que o progresso escolar não tem relação imediata ao que a Escola, como instituição possa ofertar.

Nesse intervalo toma-se a análise dos dados colhidos por meio da pesquisa, onde se nota que a Escola pesquisada teve sim, modificações oriundas da implementação do Programa Bolsa Família, porém o desempenho dos alunos não denota modificação exacerbada.

Ainda em se tratando da Escola pesquisada, se observou que a ação desenvolvida para acolhimento e envolvimento dos alunos em seu meio surge de forma prática, frente a uma demanda observada no cotidiano e, sem que se estabeleça um projeto específico para tanto, pode-se dizer que, praticamente de forma empírica.

Nesse contexto é possível considerar que os conceitos de escola como “agente de integração” são tornados práticos. Numa tradução experienciada dos estudos de Dubet (2004) que fortemente aponta a ação da escola como centro onde se deve facultar as mesmas oportunidades a todos os indivíduos.

Afiançando o propósito de clarear os temas ora debatidos, não se pode olvidar o debate entre equidade e igualdade. Desse modo, partimos das considerações a respeito da base léxica, analisando as conceituações acerca dos termos, como vemos:

“Equidade é o substantivo feminino com origem no latim *aequitas*, que significa igualdade, simetria, retidão, imparcialidade, conformidade. Este conceito também revela o uso da imparcialidade para reconhecer o direito de cada um, usando a equivalência para se tornarem iguais. A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Igualdade consiste em assegurar que todos possuam as mesmas oportunidades. É a ausência de diferença e mesmo valor entre duas ou mais coisas. Qualidade de igual, correspondência, uniformidade entre as partes de um todo. A palavra igualdade tem sua origem no latim *aequalitas* e designa a condição, estado e qualidade do que é igual, equivalente, idêntico, uniforme ou semelhante.” (<https://www.significados.com.br/equidade/> - consulta realizada em 17/12/2016 às 22h33min)

A partir dessas assertivas depura-se que a dicotomia surgida na aplicação prática desses termos surge de imprecisão léxica uma vez que desde suas matrizes é possível distinguir as diferenças entre os propósitos de um e outro. Portanto, quando se argumenta que a escola trata os alunos de maneira igual, não se espera, tampouco se percebe na unidade de ensino observada para elaboração deste artigo, que se realize a nivelção de indivíduos como se não houvesse quaisquer diferenças entre eles. Pelo contrário, a escola reconhece as diferenças e atua para minimizar aquelas que impactarão de maneira negativa o desenvolvimento de cada um, ofertando as mesmas condições de acesso e oportunidades, num processo integrador como aquele mencionado em Sanches e Teodoro, mas sempre considerando a necessidade da equivalência e imparcialidade para garantir que todos possam partir do mesmo ponto, encontrar pelo caminho as mesmas ferramentas, mas dispor dos aportes específicos a cada necessidade para que busquem encontrar o caminho da chegada.

Por isso cabe ressaltar aqui que tratar de maneira igualitária, passa ao largo da possibilidade de tornar todos iguais. Não se espera, tampouco se presume adequado que os indivíduos sejam tornados iguais nivelando-se a oferta de ensino, as atividades desenvolvidas em sala de aula, as oportunidades de reflexão crítica ou meramente alheando-lhes da sociedade com identificação coletiva por meio de vestuário e oferta ou restrição do uso de recursos escolares idênticos.

É preciso suscitar novamente os conceitos estruturados por Dubet e Adorno no sentido de que ofertar a todos os indivíduos condições de desenvolvimento social e acadêmico de forma indistinta confere-lhes condições igualitárias de progredir futuramente, independentemente de suas origens, grupo social e econômico de onde partiram. A grosso modo seria afirmar que todos chegam no meio escolar com as mesmas possibilidades de desenvolvimento e, que a escola enquanto agente social que contribui na formação do pensamento crítico, pode colaborar de maneira significativa e positiva para que todos se desenvolvam.

Por essa verve, se interpreta que a Escola cujo trabalho serviu de base de apoio para este Artigo vem desempenhando esta ação, ainda que de maneira não planejada e sem um subsídio teórico.

A pesquisa desenvolvida apontou, ainda, a pouco disponibilidade de recursos teóricos que fundamentem um trabalho dessa ordem, delineando um limiar para desenvolvimento de estudos na área, que venham a colaborar no esclarecimento do tema.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W, (2003). “**Educação após Auschwitz**”. In: Educação e Emancipação. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar. p. 119-138.

_____, (2003). “**Educação para quê**”. In: Educação e Emancipação. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. Tradução de Wolfgang Leo Maar p. 139-154.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a função social da escola**. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, n.12, p.61-84, jul/set., 1988.

CHARLOT, Bernard. **Educação e Globalização**: uma tentativa de colocar ordem no debate. Sísifo – Revista de Ciências da Educação. Lisboa, n.4, p.129-136, out/dez, 2007.

COHN, Amélia. “**Políticas sociais e pobreza no Brasil**”. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, nº12, jun/dez. 1995.

CORRÊA, Norton F. **Escola Brasileira**: fábrica de desigualdades sociais. Niterói: RJ, 2012.

DUARTE, Natalia de Souza. **Política social**: um estudo sobre educação e pobreza. Brasília, DF: UNB, 2012. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado na Universidade de Brasília.

DUBET, François. O que é uma Escola justa?. Cadis: França. Trad.: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Publicado em: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FELÍCIO, Fabiana de; FERNANDES, Reynaldo. **O Efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar**: uma avaliação do ensino fundamental no estado de São Paulo. São Paulo, SP: USP, 2005.

FLEURY, Sonia. **Pobreza, desigualdades ou exclusão?** Florianópolis, SC: UFSC. Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. Revista Educação. Porto Alegre, ano XXIX, n. 1 (58), p. 55 – 64, Jan./Abr. 2006.

MENEZES-FILHO, Naércio. **Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil**. São Paulo, SP: USP-Ibmec, 2011. Originalmente apresentado como estudo implementado no Portal Todos pela Educação, disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1091/os-determinantes-do-desempenho-escolar-do-brasil/>

MRECH, Leni Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Revista Integração, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Desdobramentos do efeito renda nos Programas Bolsa-Escola**: a experiência de Belo Horizonte. Belo Horizonte: MG, 2003, Faculdade de Educação da UFMG. Originalmente apresentado como parte integrante da dissertação de mestrado intitulada: Quando a renda passa pela escola: fronteiras entre a educação e a economia no programa bolsa-escola.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; SARAIVA, Ana Maria Alves. A relação entre educação e pobreza: a ascensão dos territórios educativos vulneráveis. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, nov. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638257>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

PRADO, Jeovandir Campos do. **O projeto “Escola viva, comunidade ativa” como “política educacional” mineira**. Uberlândia, MG: 2012, UFU. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Uberlândia.

SANCHES, Isabel & TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar**: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, Portugal, n. 8, p. 63-83, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Florianópolis: SC, Revista Katál, 2010. v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA COM ESCOLA

Público-alvo: **Direção e Equipe Pedagógica**

Nota de esclarecimento:

O presente instrumento tem por função a realização de Pesquisa Exploratória, para levantamento de dados e complementação de informações a partir da realidade prática do cotidiano escolar no acolhimento e integração de educandos que são beneficiários do Programa Bolsa Família, considerando o impacto do papel desenvolvido pela escola em seu desempenho pedagógico, assim como o rendimento escolar desses alunos cotejando-os aos demais que não participam do programa social, como estratégia de análise da relevância desse na progressão desses alunos.

Para tanto se procederá revisão bibliográfica sobre o assunto, verificação de dados relacionados ao Programa Bolsa Família, bem como informações sobre número de beneficiários do PBF na Unidade de Ensino e, pesquisa com representantes da Unidade de Ensino acerca do trabalho efetivamente desenvolvido na integração desses alunos.

Dada a natureza dessa pesquisa, cabe esclarecer que nenhum dado de identificação será solicitado, assim como nenhuma informação que possa identificar quaisquer participantes, sejam eles alunos beneficiários do PBF, professores ou integrantes da Equipe Pedagógica ou Direção da Unidade Escolar serão utilizados, indicados ou divulgados no corpo do texto que comporá o Artigo Final, sendo a Instituição identificada sempre como **Unidade de Ensino** e os participantes identificados como **Entrevistado A**, **Entrevistado B**, sucessivamente.

Esclarecimentos realizados, convidamos você a dar seu ponto de vista sobre o assunto, considerando as informações e o roteiro que segue.

Obrigado por sua participação.

Carlos Marcelo Kaliberda

Analisando dados de participação de alunos beneficiários no Programa Bolsa Família, nessa Unidade de Ensino, nos últimos 05 (cinco) anos, observa-se o seguinte quadro:

Ano-Base	Nº Partic. PBF	Nº Tot. Alunos
2011	183	373
2012	213	376
2013	206	351
2015	168	353

2016	163	402
------	-----	-----

Ou seja, há uma grande parte da clientela escolar que é beneficiária de programa social.

Sabe-se que essa Unidade de Ensino vem desenvolvendo uma prática de acolhimento e integração desses alunos que promove seu envolvimento em todos os aspectos do cotidiano escolar, favorecendo seu desenvolvimento pedagógico. Assim, gostaríamos de considerar algumas questões.

- a) Houve um agente motivador específico para construção de um trabalho voltado aos alunos público alvo do PBF?
- b) Quando esse trabalho teve início? Como se dá o envolvimento do Corpo Docente?
- c) A Unidade de Ensino tem essa proposta de trabalho implementada em seu Projeto Político Pedagógico? Em caso negativo, pretende fazê-lo?
- d) A Unidade de Ensino tem um diagnóstico dos diferentes grupos sociais e econômicos inseridos na realidade escolar?
- e) Dos alunos cadastrados em Programas de Benefícios Sociais do Governo (PBF), há registro de crianças que trabalham para colaborar com o rendimento financeiro familiar?
- f) Como a Unidade de Ensino promove o acolhimento e a integração desses alunos? E, como são tratadas as diferenças entre grupos sociais?
- g) As famílias desses alunos costumam se integrar às atividades propostas/requeridas pela Escola?